SUJEITO PASSIVO: WTEC MOVEIS E EQUIP. TECNICOS LTDA.
PAT N°: 20222906300656.
E-PAT: 0022.141.
RECURSO VOLUNTÁRIO: 203/23
RELATOR: LEONARDO MARTINS GORAYEB
RELATÓRIO:048/24

VOTO

Fora lavrado o auto de infração contra o sujeito passivo por promover a circulação de mercadorias constantes na NF-e nº 95083, alcançadas pelo Convênio ICMS 236/21 na sua Cláusula Segunda, Inciso I, letras “a”, “b” e “c” onde dispõe que caberá ao estado do destinatário o imposto correspondente a diferença entre a alíquota interna do estado destinatário e a alíquota interestadual, quando destinem bens e serviços a consumidor final (NÃO CONTRIBUINTE), entretanto não comprovou o referido pagamento quando da passagem por este Posto Fiscal, vez que não fora apresentado comprovante de recolhimento do ICMS devido a este Estado (Rondônia). Tal responsabilidade pelo recolhimento do ICMS fica a cargo da empresa remetente da mercadoria.

A infração foi capitulada no Art. 270, inciso I, letra "a" a "c", Art. 273; ambos do Anexo X do RICMS/RO, aprov. pelo Dec. 22721/18 c/c EC 87/2015. A multa: Artigo 77, IV, “a” Item 1 da Lei 688/96. Segundo o agente autuante o valor total do crédito tributário é de R\$21.264,70.

O Sujeito Passivo apresenta a sua impugnação inicial suscitando as seguintes teses: Que a cobrança no ano de 2022 violaria o princípio da anterioridade anual, prevista no artigo 150, inciso III, alínea “b”, da Constituição Federal. A demanda já possuiria precedentes. Argumenta que a cobrança do ICMS/DIFAL com base somente na EC 87/2015 teria sido julgada como inconstitucional pelo STF Invoca o entendimento formado no STF – Tema 1093, onde a decisão da corte teria declinado pela inconstitucionalidade da cobrança da DIFAL. A Lei Complementar 190/2022, advinda desse entendimento, dependeria ainda de obediência ao princípio da anterioridade de exercício (anualidade – 150, III, “b”, da CF). Nesse diapasão, tendo sido a LC publicada em 05/01/2022, só poderia produzir efeitos em 2023. Conclui que a aplicação da anterioridade de exercício seria o fundamento jurídico que ofereceria garantia e segurança ao contribuinte contra a surpresa tributária. Por fim requer que seja acolhida a defesa e extinto o crédito tributário.

O julgador Singular após análise dos autos, entende que, não houve majoração do tributo que estava sendo cobrado anteriormente, então não há que se aplicar a “anterioridade de exercício”. Na prática, o advento da Lei Complementar 190/2022 convalidou as leis já editadas que tratavam da matéria. Com relação à “anterioridade nonagesimal”, contudo, a lei complementar 190/2022 expressamente previu a “vacatio legis” de noventa dias no seu artigo 3º. Assim, publicada a lei complementar em 05/01/2022, o ICMS/DIFAL só pode ser cobrado por Rondônia a partir do dia 06/04/2022. Que o ICMS lançado neste auto de infração é, portanto, exigível e atende aos requisitos formais de lançamento e constituição. Por fim julga procedente o auto de infração.

II – Do Mérito do Voto

O Sujeito Passivo promoveu a circulação de mercadorias constantes na NF-e nº 95083, alcançadas pelo Convênio ICMS 236/21 na sua Cláusula Segunda, Inciso I, letras “a”, “b” e “c” onde dispõe que caberá ao estado do destinatário o imposto correspondente a diferença entre a alíquota interna do estado destinatário e a alíquota interestadual, quando destinem bens e serviços a consumidor final (NÃO CONTRIBUINTE), entretanto não comprovou o referido pagamento quando da passagem por este Posto Fiscal, vez que não fora apresentado comprovante de recolhimento do ICMS devido a este Estado (Rondônia).

Compulsando os autos observa-se que o sujeito passivo apresenta as mesmas argumentações presentes na sua impugnação inicial, ao qual iremos nos analisar.

Quanto a Nota Fiscal objeto do auto de infração, ela foi emitida no dia 04 de novembro (11) de 2022. A Lei Complementar 190/22 foi publicada na data de 05/01/2022, com a cobrança legal do ICMS-Difal a partir de 06/04/2022, isso em razão do art. 3.º e 4º da citada Lei, que prevê a produção de seus efeitos respeitado o princípio da noventena, bem como, com as decisões exaradas pelo egrégio Supremo Tribunal Federal (ADIs 7066, 7070, e 7078).

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, observado, quanto à produção de efeitos, o disposto na alínea "c" do inciso III do **caput** do art. 150 da Constituição Federal.

A legislação faz referência direta ao art. 150, III, “c”, da Constituição Federal, no qual lê-se:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

III - cobrar tributos:

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;

Desta feita, não há que se falar em inexigibilidade do imposto em operação em que é devido o referido imposto e ocorreu após o início da produção dos efeitos da Lei que o regula, **eis que a operação ocorreu vários meses após o início dos efeitos da norma.**

O recolhimento do ICMS-DIFAL, por força da própria Lei 190/22, que estabeleceu a produção de efeitos balizado no princípio da noventena, não ocorre a aplicação do princípio da anterioridade anual. Ademais, não se trata da criação de novo imposto, mas tão somente do estabelecimento de nova relação jurídico tributária.

Nesse sentido, entendo que deverá ser mantida a Decisão proferida pelo Douto Julgador Singular de Procedência da ação fiscal.

TRIBUTO	R\$ 11.191,95.
MULTA	R\$ 10.072,75.
CRÉDITO	R\$ 21.264,70.

CONCLUSÃO

Este Relator, conhece do presente Recurso Voluntário para negar-lhe provimento, no sentido de que seja Mantida a Decisão de 1ª Instância de Procedência da ação fiscal.

Porto Velho-RO, 24 de abril de 2024.

LEONARDO MARTINS GORAYEB
CONSELHEIRO DA 1ª CAMARA DE JULGAMENTO DE 2ª INSTÂNCIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : N° 20222906300656 E-PAT 022.141.
RECURSO : VOLUNTÁRIO E-PAT N.º 203/2023
RECORRENTE : WTEC MOVEIS E EQUIP. TECNICOS LTDA.
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR : JULGADOR – LEONARDO MARTINS GORAYEB

RELATÓRIO : N° 048/24/1.ª CÂMARA/TATE/SEFIN

ACÓRDÃO N° 072/2024/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA : **ICMS/MULTA – DEIXAR DE COMPROVAR O RECOLHIMENTO DO IMPOSTO EC87/15 – LEI COMPLEMENTAR 190/22 – OCORRÊNCIA** — Restou provado que a autuação está em conformidade com a Lei Complementar nº 190/22, inclusive quanto a seu artigo 3º (efeitos da norma publicado em 05/01/2022, o ICMS/DIFAL só pode ser cobrado por Rondônia a partir do dia 06/04/2022), com o artigo 4º da Lei Estadual nº 5.369/22, bem como, com as decisões exaradas pelo egrégio Supremo Tribunal Federal (ADIs 7066, 7070, e 7078), sendo devido, em razão disso, o imposto lançado. Infração não ilidida. Auto de Infração Procedente. Recurso Voluntário Desprovido. Mantida a Decisão de Primeira Instância de Procedente. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, à unanimidade em conhecer do recurso interposto para dar-lhe provimento, mantida a decisão de Primeira Instância que julgou **PROCEDENTE** o auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator Leonardo Martins Gorayeb acompanhado pelos julgadores Dyego Alves de Melo, Reinaldo do Nascimento Silva e Amarildo Ibiapina Alvarenga.

CRÉDITO TRIBUTÁRIO ORIGINAL

DATA DO LANÇAMENTO 01/08/2022: R\$ 21.264,70

***CRÉDITO TRIBUTÁRIO DEVE SER ATUALIZADO NA DATA DO SEU EFETIVO PAGAMENTO.**

TATE, Sala de Sessões, 24 de abril de 2024.

Anderson Aparecido Arnaut
Presidente

Leonardo Martins Gorayeb
Julgador/Relator